

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 07

Janeiro/Fevereiro - 2010

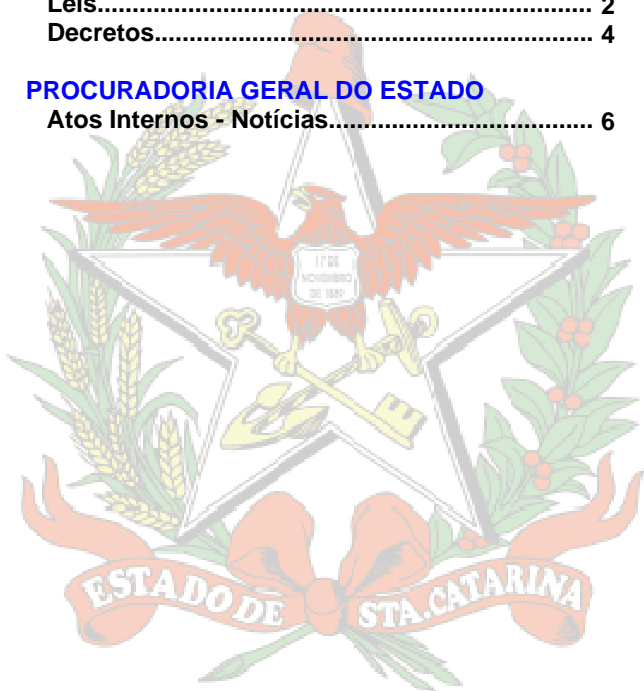
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	4

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Atos Internos - Notícias.....	6
-------------------------------	---



GOVERNADOR DO ESTADO
Luiz Henrique da Silveira

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Leonel Arcângelo Pavan

PROCURADOR-GERAL DO
ESTADO
Sadi Lima

SUBPROCURADOR-GERAL DO
CONTENCIOSO
Sérgio Luiz Mar Pinto

SUBPROCURADOR-GERAL
ADMINISTRATIVO (DIRETOR DO
CENTRO DE ESTUDOS)
Luiz Carlos Ely Filho

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 50, de 21 de dezembro de 2009

Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 103 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, de 21 de dezembro de 2009

Acrescenta inciso XII ao art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 464, de 3 de dezembro de 2009

Dispõe sobre o Conselho Estadual de Combate à Pirataria – CECOP – e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 465, de 3 de dezembro de 2009

Cria o Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 466, de 3 de dezembro de 2009

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 467, de 9 de dezembro de 2009

Dispõe sobre a criação do estágio de pós-graduação no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, denominado MP-Residência, e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 468, de 9 de dezembro de 2009

Altera o inciso XII do art. 30, o *caput* do art. 57 e o Anexo VII – B da Lei Complementar Nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 469, de 9 de dezembro de 2009

Altera dispositivo da Lei Complementar Nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 470, de 9 de dezembro de 2009

Dispõe sobre a aplicação de normas para a apreciação de processos de aposentadoria dos servidores públicos estaduais.

LEI COMPLEMENTAR Nº 471, de 9 de dezembro de 2009

Estende o previsto nas arts. 19 e 22 da Lei Complementar Nº 323, de 2008, aos servidores civis lotados e em efetivo exercício no Hospital da Polícia Militar.

LEI COMPLEMENTAR Nº 472, de 9 de dezembro de 2009

Institui Plano de Carreira e Vencimentos do Grupo Segurança Pública – Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo da

Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania – e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 473 de 21 de dezembro de 2009

Altera dispositivo da Lei Complementar Nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 474, de 21 de dezembro de 2009

Cria o quadro de cargos de provimento efetivo do Instituto de Metrologia de Santa Catarina – Imetro/SC.

LEI COMPLEMENTAR Nº 475, de 22 de dezembro de 2009

Dispõe sobre a regulamentação da licença à maternidade e da licença à paternidade aos militares estaduais e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 476, de 22 de dezembro de 2009

Altera a Lei Complementar Nº 249, de 2003, que cria o Fundo de Apoio à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte, às Cooperativas e às Sociedades de Autogestão, do Estado de Santa Catarina – FUNDO PRÓ-EMPREGO – e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 477, de 22 de dezembro de 2009

Altera o dispositivo 7, da Tabela I da Lei Complementar Nº 219, de 2001, que dispõe sobre emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

LEI COMPLEMENTAR Nº 478, de 30 de dezembro de 2009

Altera a Lei Complementar Nº 189, de 2000, que dispõe sobre a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual - AFRE.

LEI COMPLEMENTAR Nº 479, de 4 de janeiro de 2010

Concede abono progressivo aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 480, de 4 de janeiro de 2010

Altera o Anexo II da Lei Complementar Nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 481, de 4 de janeiro de 2010

Altera o Anexo V-B da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 482, de 4 de janeiro de 2010

Altera o § 2º do art. 132 da Lei Complementar Nº 381, de 2007.

LEI COMPLEMENTAR Nº 483, de 4 de janeiro de 2010

Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar Nº 223, de 2002, revoga dispositivos da Lei Complementar Nº 312, de 2005, e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 484, de 4 de janeiro de 2010

Cria a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina – AGESAN, estabelece normas relativas aos serviços de saneamento básico e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 485, de 11 de janeiro de 2010

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências (*Texto integral será publicado no próximo Boletim*).

LEI COMPLEMENTAR Nº 486, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre os enquadramentos ocorridos com fundamento no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar Nº 348, de 2006 e Lei Complementar Nº 351, de 2006 e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 487, de 19 de janeiro de 2010

Estabelece critérios para a municipalização da Educação Infantil da rede pública do Estado e a movimentação de servidores e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 488, de 19 de janeiro de 2010

Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 456, de 2009, disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 489, de 19 de janeiro de 2010

Cria o cargo de Analista Financeiro do Tesouro Estadual no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Fazenda e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 490, de 19 de janeiro de 2010

Altera o Anexo III da Lei Complementar Nº 347, de 2006, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 491, de 20 de janeiro de 2010

Cria o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 492, de 21 de janeiro de 2010

Dá nova redação ao § 2º do art. 10 da Lei Complementar Nº 156, de 1997, que dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 493, de 21 de janeiro de 2010

Cria, transforma e extingue cargos, reestrutura a Tabela de Vencimentos, fixa a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário e estabelece outras providências.

LEI Nº 14.961, de 3 de dezembro de 2009

Dispõe sobre o incentivo à produção de cervejas e chopes artesanais.

LEI Nº 14.963, de 3 de dezembro de 2009

Pune toda e qualquer forma de discriminação para cidadãos que disponham de formação superior ou tenham vida acadêmica regular em cursos autorizados pelo ministério da Educação nas modalidades de ensino à distância ou semipresencial e adota outras providências.

LEI Nº 14.964, de 3 de dezembro de 2009

Estabelece o procedimento para recuperação extrajudicial do consumidor inadimplente.

LEI Nº 14.967, de 7 de dezembro de 2009

Dispõe sobre a adoção de medidas para facilitar a liquidação dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa e a maior eficácia na sua cobrança e adota outras providências.

LEI Nº 14.976, de 9 de dezembro de 2009

Altera a Lei nº 13.516, de 2005, que dispõe sobre a exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado.

LEI Nº 14.977, de 9 de dezembro de 2009

Dispõe sobre a prioridade de tramitação aos processos e procedimentos administrativos em que figure como parte ou interveniente as pessoas que especifica.

LEI Nº 14.992, de 9 de dezembro de 2009

Institui Gratificação de Representação de Delegado de Polícia e estabelece outras providências.

LEI Nº 14.993, de 9 de dezembro de 2009

Dispõe sobre a exibição do preço dos produtos por unidade de medida.

LEI Nº 14.994, de 9 de dezembro de 2009

Dispõe sobre qualidade dos comprovantes emitidos em caixas eletrônicos em bancos do estado de Santa Catarina.

LEI Nº 14.995, de 16 de dezembro de 2009

Inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino, suco de uva produzido em Santa Catarina.

LEI Nº 15.019, de 22 de dezembro de 2009

Cria o Programa Cem Cópias Sem Custo, de incentivo à produção literária e cultural, vinculado à Secretaria de Estado da Administração e adota outras providências.

LEI Nº 15.020, de 22 de dezembro de 2009

Torna obrigatória a comunicação ao DETRAN, pelas empresas seguradoras de veículos, dos sinistros que acarretaram perda total do veículo.

LEI Nº 15.021, de 22 de dezembro de 2009

Altera dispositivo da Lei Nº 13.848, de 2006, que autoriza a instituição da Política Estadual do Livro.

LEI Nº 15.022, de 22 de dezembro de 2009

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de placas informativas nas estradas em construção e em recuperação no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.023, de 22 de dezembro de 2009

Altera o art. 1º da Lei Nº 14.325, de 2008. (Obrigatoriedade Execução Hino Nacional em evento esportivo)

LEI Nº 15.025, de 22 de dezembro de 2009

Altera o art. 1º e o art. 2º da Lei nº 14.275, de 2008, que disciplina o disposto no inciso XIII do art. 4º, no § 2º do art. 7º e no art. 20, da Lei Complementar Nº 317, de 2005, e estabelece outras providências. (Alteração, Competência, Procuradoria Geral, Estado, (SC),

Processamento, Pedido, Indenização, Satisfação de Direitos, Acordo Judicial.)

LEI Nº 15.031, de 22 de dezembro de 2009

Institui taxas por atos do Departamento de Transportes e Terminais – DETER – e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.048, de 30 de dezembro de 2009

Dispõe sobre a divulgação dos nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pelas chefias de plantão nas entradas principais e de acesso ao público dos hospitais, casas de saúde, prontos-socorros e ambulatórios localizados no estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.079, de 4 de janeiro de 2010

Institui o Prêmio Valorização da Biodiversidade de Santa Catarina de incentivo à produção científica sobre plantas nativas e a conservação da biodiversidade e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.080, de 4 de janeiro de 2010

Redefine os critérios de concessão da Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica, dispõe sobre a indenização pela aplicação de procedimentos especiais nos serviços médicos complementares de média e alta complexidade e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.086, de 4 de janeiro de 2010

Altera dispositivos da Lei nº 13.436, de 2005, que autoriza a participação societária da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC na empresa *SAPIENS PARQUE S.A.*, e adota outras providências.

LEI Nº 15.112, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre a proibição de despelo de resíduos sólidos reaproveitáveis e recicláveis em lixões e aterros sanitários.

LEI Nº 15.113, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre a implantação do Programa de Identificação e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade na rede estadual de ensino e adota outras providências.

LEI Nº 15.114, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade de adequação dos balcões destinados ao atendimento ao público no Estado de Santa Catarina aos deficientes físicos que utilizem cadeira de rodas.

LEI Nº 15.115, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE e adota outras providências.

LEI Nº 15.116, de 19 de janeiro de 2010

Fica a Administração Pública Estadual obrigada a conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

LEI Nº 15.118, de 19 de janeiro de 2010

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Companhia de Desenvolvimento do Extremo Sul, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e adota outras providências.

LEI Nº 15.119, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre a coleta dos resíduos sólidos inorgânicos nas áreas rurais.

LEI Nº 15.120, de 19 de janeiro de 2010

Acresce §§ 1º, 2º e 3º suprimindo o parágrafo único do art. 3º da Lei 11.069, de 1998, que dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado de Santa Catarina, para proibir a

importação e comercialização no Estado Catarinense de agrotóxicos, cuja comercialização esteja proibida no país de origem e adota outras providências.

LEI Nº 15.122, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre as condições de funcionamento dos gabinetes de tatuagem e de *piercing*, fiscalização e vigilância sanitária e adota outras providências.

LEI Nº 15.123, de 19 de janeiro de 2010

Dá nova redação ao art. 16 da Lei nº 14.825, de 2009, que institui indenização por óbito ou invalidez permanente, total ou parcial, aos servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública.

LEI Nº 15.124, de 19 de janeiro de 2010

Fixa exigências mínimas de segurança para estabelecimentos ou eventos de grande concentração pública e regula a atividade de brigadista particular no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual.

LEI Nº 15.126, de 19 de janeiro de 2010

Obriga os hotéis estabelecidos no Estado a adaptar suas instalações, a fim de garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiência, e adota outras providências.

LEI Nº 15.127, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre o período mínimo de gratuidade em estacionamentos para veículos automotores utilizados por pessoas com deficiência.

LEI Nº 15.128, de 19 de janeiro de 2010

Normaliza a concessão de Título de Cidadão Catarinense.

LEI Nº 15.129, de 19 de janeiro de 2010

Dispõe sobre a inclusão da frase *DIZER NÃO ÀS DROGAS É UM ATO DE LIBERDADE E INTELIGÊNCIA* nos ingressos e material promocional que menciona.

LEI Nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010

Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

Decretos

DECRETO Nº 2.785, de 1º de dezembro de 2009

Aprova o Regimento Interno da Administração do Posto de São Francisco do Sul e a distribuição dos cargos de provimento em comissão DGS/DGI, Funções Técnicas Gerenciais – FTGs e Funções de Chefia – FCs que compõem a estrutura da entidade e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.793, de 3 de dezembro de 2009

Introduz as Alterações 2.195 e 2.196 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 2.803, de 9 de dezembro de 2009

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 1.945, de 5 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a aquisição e materiais permanentes, autorização para contratação direta, alteração de contratos e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, participação de servidores em eventos.

DECRETO Nº 2.805, de 9 de dezembro de 2009

Regulamenta o inciso XIV do art. 77 da Lei Complementar Nº 381, de 7 de maio de 2007, no que se refere à manutenção

rotineira das rodovias do Plano Rodoviário Estadual – PRE, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.806, de 9 de dezembro de 2009
Institui a Unidade de Gerenciamento do Programa de Integração Regional do Estado de Santa Catarina – UGP/PIR.

DECRETO Nº 2.807, de 9 de dezembro de 2009
Dispõe sobre o controle e os registros dos bens imóveis no âmbito dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.814, de 10 de dezembro de 2009
Introduz as Alterações 2.197 a 2.200 no Regulamento do RICMS/SC-01 e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.815, de 10 de dezembro de 2009
Introduz as Alterações 91ª a 103ª no RIPVA-SC e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.816, de 10 de dezembro de 2009
Aprova o Regimento Interno do Instituto de Metrologia de Santa Catarina com a distribuição dos cargos de provimento em comissão DGS/DGIs, Funções Técnicas Gerenciais – FTGs, Funções Gratificadas – FGs e Funções de Chefia – FCs que compõem a estrutura da autarquia.

DECRETO Nº 2.817, de 10 de dezembro de 2009
Dispõe sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD.

DECRETO Nº 2.818, de 10 de dezembro de 2009
Institui a Medalha do “Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD.

DECRETO Nº 2.835, de 11 de dezembro de 2009
Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto Nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, que aprova o Regulamento Geral para Contratação de Materiais, Serviços, Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito do Sistema Administrativo de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS.

DECRETO Nº 2.836, de 11 de dezembro de 2009
Dispõe sobre os seguros e planos de previdência complementar e capitalização consignáveis em folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares ativos e inativos e pensionistas da administração direta e indireta, e os seguros em geral na administração pública, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.837, de 11 de dezembro de 2009
Altera a redação dos arts. 3º, 6º e 9º e acrescenta dispositivos aos arts. 8º e 21 do Decreto Nº 2.322, de 12 de maio de 2009, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores da Administração Direta e Indireta.

DECRETO Nº 2.838, de 11 de dezembro de 2009
Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.840, de 11 de dezembro de 2009
Altera o art. 43 do Decreto Nº 12.601, de 6 de novembro de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte

rodoviário intermunicipal de passageiros e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.874, de 15 de dezembro de 2009
Regulamenta os arts. 35 a 41 da Lei Nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais no que tange a reserva de vagas nos concursos públicos, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.899, de 16 de dezembro de 2009
Altera o §3º do art. 2º do Decreto Nº 1.277, de 16 de abril de 2008, que cria Comissão Temporária responsável pela migração dos dados do Sistema Informatizado de Recursos Humanos – SIRH para o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.910, de 21 de dezembro de 2009
Dispõe sobre o Sistema Administrativo de Planejamento e Orçamento e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.926, de 21 de dezembro de 2009
Introduz as Alterações 2.201 a 2.206 no RICMS-SC/01.

DECRETO Nº 2.927, de 21 de dezembro de 2009
Altera dispositivos do Decreto Nº 2.768, de 24 de novembro de 2009, que estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento, à conta de “Despesa de Exercício Anterior”, com vistas no cumprimento das normas de Direito Financeiro estabelecidos na legislação federal e estadual de regência da matéria.

DECRETO Nº 2.928, de 21 de dezembro de 2009
Cria a Comissão Temporária de Acompanhamento e Revisão dos Atos Normativos relativos às consignações facultativas operacionalizadas em folha de pagamento do servidor público do Poder Executivo estadual, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração, no seu órgão setorial do Sistema Administrativo de Serviços Jurídicos da Administração Direta e Indireta.

DECRETO Nº 2.942, de 4 de janeiro de 2010
Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010; para os órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas do Poder Executivo.

DECRETO Nº 2.947, de 20 de janeiro de 2010
Introduz as Alterações 2.207 e 2.208 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 2.948, de 20 de janeiro de 2010
Introduz a Alteração 2.209 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.949, de 20 de janeiro de 2010
Dispõe sobre distribuição do quantitativo de cargos previstos no Anexo I da Lei Complementar nº 348, de 25 de abril de 2006, para cada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR.

DECRETO Nº 2.954, de 20 de janeiro de 2010
Disciplina o procedimento administrativo de fiscalização ambiental dos órgãos executores do Sistema Estadual de Meio Ambiente – SEMA e institui o Comitê de Julgamento – CJ e o Comitê Central de Julgamento – CCJ.

DECRETO Nº 2.956, de 20 de janeiro de 2010

Institui o Corredor Ecológico Timbó na região da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, região hidrográfica RH5 do Estado de Santa Catarina – Planalto de Canoinhas, situado entre as Latitudes 26°00'06"S e 26°50'03"S e as Longitudes 50°18'52"W e 51°24'47"W, com 4.997,48 Km² de extensão.

DECRETO Nº 2.957, de 20 de janeiro de 2010

Institui o Corredor Ecológico Chapecó na região da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó, região hidrográfica RH2 Meio Oeste do Estado de Santa Catarina, situado entre as Latitudes 26°21'33"S e 26°54'27"S e as Longitudes 51°23'30"W e 52°52'28"W, com 5.170,47 Km² de extensão.

DECRETO Nº 2.959, de 25 de janeiro de 2010

Regulamenta a Lei nº 14.887, de 22 de outubro de 2009, que obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado de Santa Catarina a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos em *Braille*.

DECRETO Nº 2.960, de 25 de janeiro de 2010

Regulamenta a Lei nº 14.888, de 22 de outubro de 2009, que torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, de contratos firmados por meio de *call center* e formas similares, aos contratantes e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 2.961, de 25 de janeiro de 2010

Regulamenta a Lei nº 14.890, de 22 de outubro de 2009, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados à comercialização de acesso à *Internet* no Estado.

DECRETO Nº 2.962, de 25 de janeiro de 2010

Regulamenta a Lei nº 14.926, de 27 de outubro de 2009, que institui o Cadastro Estadual de Acidentes de Consumo e estabelece outras providências.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATOS INTERNOS

PORTARIA PGE/GAB Nº 20, de 30 de outubro de 2009

Dispõe sobre comissão para proceder levantamento e baixa dos bens móveis de caráter permanente e de consumo da Procuradoria Geral do Estado.

PORTARIA PGE/GAB Nº 1, de 7 de janeiro de 2010

Dispõe sobre constituição de comissão de sindicância.

PORTARIA PGE/GAB Nº 2, de 8 de janeiro de 2010

Dispõe sobre consolidação das designações dos Procuradores para atuação nos órgãos de execução centrais e regionais.

NOTÍCIAS

PGE na posse do TJ/SC

Representantes da Procuradoria Geral do Estado estiveram presentes na solenidade de posse da nova administração do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em 1º de fevereiro. Compareceram o Procurador-geral, Sadi Lima, o Subprocurador-geral Administrativo, Luiz Carlos Ely Filho, e o Procurador-chefe da Procuradoria do Contencioso, Loreno Weissheimer.

A chefia do Poder Judiciário no Estado para o biênio 2010/2012 ficou assim constituída:

Presidência – Desembargador José Trindade dos Santos
1ª Vice-Presidência – Desembargador José Gaspar Rubik
2ª Vice-Presidência – Desembargador José Mazoni Ferreira
3ª Vice-Presidência – Desembargador Antônio do Rego Monteiro Rocha
Corregedor-Geral da Justiça – Desembargador Sólon D’Eça Neves
Vice-Corregedor-Geral da Justiça – Desembargador César Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Concurso para servidor da PGE

A PGE/SC realizará concurso público no primeiro semestre de 2010. Ao todo são 40 vagas, distribuídas da seguinte forma: 10 para Analista Técnico em Gestão Pública – sendo cinco vagas para Analista de Sistemas e cinco para Contador. As outras 30 vagas serão destinadas ao cargo de Assistente Jurídico. O edital já foi assinado e as inscrições estão abertas a partir do dia 17 de fevereiro.